

## LINGUAGEM, HEGEMONIA E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO.

Ramayanne Vale Moreira<sup>1</sup>

Elaine Ferreira Nascimento<sup>2</sup>

**Resumo:** A linguagem, enquanto categoria que perpassa o campo da instrumentalidade profissional, deve ser de domínio dos assistentes sociais, uma vez que se caracteriza como principal instrumento na atuação desses profissionais. Considerando-se isto, discutiremos a significância do “discurso” no processo de fortalecimento e de rompimento de ideologias e fortalecimento da hegemonia burguesa na sociedade do capital. Para tanto, direcionaremos a análise fundamentados na pedagogia do oprimido proposta por Paulo Freire.

Palavras-chave: Linguagem. Ideologia. Hegemonia. Intervenção Profissional. Educação Popular.

### LANGUAGE, HEGEMONY AND PROFESSIONAL INTERVENTION: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF THE PEDAGOGY OF THE OPPRESSED.

**Abstract:** Language, as a category that pervades the field of professional instrumentality, should be the domain of social workers, since it is characterized as the main work instrument of these professionals. Considering this, we will discuss the significance of "discourse" in the process of strengthening and breaking ideologies and strengthening bourgeois hegemony in the society of capital. To do so, we will direct the analysis based on the pedagogy of the oppressed, proposed by Paulo Freire.

Keywords: Language. Ideology. Hegemony. Professional Intervention. Popular Education.

## 1. INTRODUÇÃO

Uma breve análise das produções na área do Serviço Social que abordam os desafios da construção de um novo modelo de sociedade, na qual o sistema

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário UniFACEMA (2017) - CAXIAS/MA

<sup>2</sup> Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (1997), Mestrado em Ciências pelo Instituto Fernandes Figueira/ Fundação Oswaldo Cruz (2002) e Doutorado em Ciências pelo Instituto Fernandes Figueira /Fundação Oswaldo Cruz (2007). Tem experiência em pesquisa na área de Saúde Pública, com ênfase em Ciências Sociais Aplicadas, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, sexualidade masculina, serviço social, saúde, juventude, políticas públicas, questão racial, mortalidade materno-infantil, doenças negligenciadas, determinantes sociais de saúde. REGISTRADA NA ORCID ID sob o nº 0000-0002-1632-9148 [negraelaine@gmail.com](mailto:negraelaine@gmail.com)

econômico não tenha fatores tais como exploração e dominação como imprescindíveis para sua reprodução, nos apresenta que parte considerável das discussões colocam em segundo plano o protagonismo daqueles que são o foco da atuação dos assistentes sociais: os usuários.

Tal observação se faz pertinente porque, depois de tanto ter lutado para que estes não mais fossem vistos como os “coitados” que deveríamos manter sob nossa tutela e, conseqüentemente, do Estado, raramente os colocamos como protagonistas da transformação. De forma alguma queremos dizer com isto que não há um compromisso com a luta das classes subalternas, pois esta seria uma afirmação infundada. O que pretendemos salientar é de que modo os profissionais, no cotidiano de suas ações, podem contribuir para que os usuários desenvolvam uma criticidade acerca da realidade que vivenciam, contribuindo dessa forma para seu engajamento na luta contra as injustiças sociais.

Ao passo em que estreitamos a relação com os escritos de Paulo Freire, especificamente com a sua proposta da pedagogia do oprimido, nos convencemos de que os “esfarrapados do mundo (FREIRE, 2016)” são, bem mais que uma ou outra categoria profissional, os principais interessados na revolução. Todavia, nos indagamos: eles possuem esta consciência?

Lacerda (2014), ao discutir sobre o exercício profissional dos assistentes sociais, levanta a necessidade de que haja a superação das ações que se limitem ao que já está instituído e predefinido. A mesma aponta que: “(...) precisamos refletir sobre como materializar direitos e cidadania com ações que os remeta (os usuários) à luta de classes, fundamental para a construção de uma ordem social não antagônica (p. 38)”.

Posto isso, objetivamos aqui estabelecer uma relação entre ideologia, intervenção profissional, educação popular e linguagem, tendo como foco do trabalho a relevância desta última na relação com os usuários, bem como das metodologias da educação popular no exercício profissional dos profissionais de Serviço Social.

Desse modo, apresentaremos uma parte da pesquisa de campo realizada com profissionais do município de Caxias-MA, no ano de 2017, atuantes nos

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), na qual foram entrevistados 08 assistentes sociais (07 do sexo feminino e 01 do sexo masculino).

## **2. A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR**

O projeto ético-político do Serviço Social e os princípios da educação popular apresentam, ambos, compromisso com as classes oprimidas e com a construção de uma nova ordem social, livre de desigualdades, opressão e injustiça social. É por este motivo que os relacionamos aqui.

Todo e qualquer projeto, seja ele profissional ou de um movimento coletivo, deve ser pensado em relação a um projeto macro: um projeto societário, “cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social” (BRAZ E TEIXEIRA, 2009, p. 5). Desse modo, cada projeto societário construído social e historicamente pelos sujeitos em coletividade tem como horizonte a formulação de um dado modelo de sociedade. Portanto, os projetos profissionais encerram um caráter político, uma vez que se situam dentro desta dinâmica contraditória e se relacionam aos conflitos entre diferentes classes.

Apesar de hegemônico, o projeto profissional do Serviço Social, norteado pela teoria social marxista, não é homogêneo, ou seja, há entre a categoria um pluralismo teórico em que diferentes matrizes de pensamento disputam a hegemonia entre si, estando entre elas as correntes teóricas conservadoras que persistem desde a gênese da profissão.

Quando em 1980 o Serviço Social se apresenta “renovado” após o Movimento de Reconceituação e os assistentes sociais se apropriam das ideias da teoria social de Marx sobre o modo de produção capitalista, se constrói uma ferrenha crítica ao sistema e é estabelecido o compromisso com a luta da classe trabalhadora. Logo, conforme apontam Braz e Teixeira (2009), um projeto ético-político associa-se inevitavelmente à um projeto de transformação ou conservação da ordem.

... O que se está a dizer é que nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas

historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital. (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 11)

Isto posto, levantamos a seguinte indagação: seria uma utopia da categoria a projeção de princípios tão contrários à ordem vigente e tão visivelmente custosos de serem concretizados no cotidiano profissional? Acreditamos que não. Como questiona Santos (2012, p. 14) no prefácio *do Código de Ética do/a Assistente Social Comentado*: “Para onde caminhará a humanidade se parte significativa da população e da esquerda, incluindo assistentes sociais e profissionais de diferentes áreas, internalizar a perenidade do sistema do capital”?

Acreditamos que o combate a este processo de desumanização da vida engendrado pelo capital não é em vão, assim como toda e qualquer luta que objetive defender a dignidade da vida humana, ainda que isto seja um constante nadar contra a correnteza. A educação popular tem seu surgimento atrelado a movimentos de alfabetização, mas acaba por adquirir uma qualidade política, centrando sua atuação no campo das lutas sociais e no enfrentamento de diversas expressões da “questão social”, indo colidir também com os valores da ordem instaurada. Melo Neto (2004) *apud* Machado (2012, p. 158) evidencia que:

... a educação popular tem se constituído num paradigma teórico que trata de codificar e decodificar os temas geradores das lutas populares, busca colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza e de dar voz a indignação e desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador industrial.

Uma atividade, para ser considerada práxis, deve estar orientada para a objetivação concreta da atividade teórica. A prática pela prática não se caracteriza como práxis, uma vez que esta, em articulação com reflexões teóricas (com projeções teleológicas), se apresenta como uma atividade que visa uma transformação, seja sobre o mundo material ou sobre os homens. Conforme o autor, uma teoria por si só também não provoca mudança; para isso é necessário que seja apropriada pelos que podem apreendê-la e materializá-la. Portanto, a práxis pode

ser definida como a relação entre teoria e prática, em que a articulação entre ambas ocasiona uma atividade transformadora.

Isto posto, podemos caracterizar a educação popular como práxis libertadora pois não se direciona à promover unicamente a reflexão nos sujeitos, mas fazê-los atuantes e transformadores da totalidade que os cerca a partir da consciência crítica que possam vir a adquirir. Logo, apesar da relação entre estas duas categorias não ser nova nos debates da profissão, pouco se tem discutido não apenas sobre a utilização de metodologias dialógicas e descodificadoras de “situações-limites” no exercício profissional, mas, sobretudo, de atitudes transgressoras no cotidiano, que articulem a garantia de direitos com a organização e mobilização dos setores populares.

### **3. IDEOLOGIA, LINGUAGEM, INTERVENÇÃO PROFISSIONAL**

Como salienta Moraes (2010), à esfera material da vida em sociedade está conectada fatores aos quais são atribuídos a função de produzir um conjunto de ideias relacionadas a ética, religião, cultura etc., que buscam legitimar-se na totalidade social. É essa relação entre a infraestrutura (modelo de produção e relações de produção) e a superestrutura (lócus de produção e reprodução de ideologias) que forma o que Gramsci denominou de *bloco histórico* (ALVES, 2010), e a correlação existente entre ambos os polos é que constrói e sustenta uma hegemonia, a qual “propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas”. (ALVES, 2010, p. 71)

A superação de uma hegemonia não é tarefa fácil, pois na sua manutenção estão imbricados todos os aparelhos e instituições que constituem a sociedade. Gramsci e Morton (1975, 2007: p. 114) *apud* Passos (2016, p. 3) assim a definem:

Hegemonia é uma verdadeira concepção de mundo dominante e principalmente dirigente abrangendo inúmeros aspectos de menor ou maior magnitude e amplitude, uma categoria de múltiplas dimensões, moral, intelectual, ético-política, econômica, social etc. em termos de força e principalmente consenso

(nas formas completas de hegemonia) de um grupo social, classe ou fração de classe sobre outros grupos e classes, com o predomínio deste último nas suas formas mais completas, que filtra através das estruturas sociais elementos referentes à cultura, etnicidade, gênero, classe e ideologia.

Diferentes ideias e ideais, representações referentes a ética, política, economia, cultura, moral etc., são difundidas no cotidiano e absorvidas por uma parcela ampla dos sujeitos, que as reproduzem sem críticas e acabam por fazer da ideologia dominante a sua própria ideologia, sendo esta definida como “uma concepção do mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (Gramsci, 1971, p. 328 *in*: Dicionário do pensamento marxista). Mas do que um conjunto de ideias, ela relaciona-se também com a capacidade de motivar atos concretos e promover direção para a ação. Esta é a concepção de ideologia que trabalhamos aqui.

Dessa forma é que se argumenta que nenhuma dominação se realiza sem algum grau de consenso, e é precisamente aí onde reside a força dos aparelhos de reprodução da ideologia, pois uma hegemonia não se mantém unicamente com o uso da coerção e da violência. Segundo Moraes (2010), para Gramsci a classe que aspira ser dominante deve buscar o consentimento dos grupos, ainda que estes não o façam conscientemente. Assim é que, para que um grupo seja hegemônico e consiga o poder em disputa pelas diversas forças, precisa antes ser dirigente, ou seja, ser capaz de liderar cultural, política e ideologicamente os demais grupos ou classes.

Diante destas reflexões, sublinhamos uma vez mais que a contra-hegemonia é tarefa das classes populares e também daqueles que com elas se associam. Entretanto, isso só será possível se estas unirem-se em favor de um mesmo objetivo. Não é sem razão que a grande burguesia, em conjunto com o Estado, esforça-se em minar movimentos e associações (como citado no Capítulo 1). Não é sem razão também que veículos de comunicação de grande influência, ao reportarem atividades de multidões que eventualmente saem às ruas para contestar ou de movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), o fazem de modo a degradar tais iniciativas ou, quando não, tampouco exprimem sua importância.

A linguagem, enquanto instrumento de central na atuação do assistente social, insere-se no campo da instrumentalidade profissional, que, segundo Guerra (2000, p. 2), é uma “propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais”. Logo, a instrumentalidade não diz respeito somente aos instrumentos e técnicas utilizados no fazer profissional, mas à capacidade que possuem os profissionais em, fazendo uso dos mesmos, atribuir valor a sua intervenção à medida em apresenta resolutividade às demandas que devem atender e, conseqüentemente, exprimir a significância da profissão na sociedade.

A definição de linguagem adotada aqui ultrapassa a simples conversa verbal entre os sujeitos, pois a ela está relacionado um conjunto de fatores que fazem parte do processo de comunicação e que são indispensáveis para o estabelecimento de uma interação efetiva entre os indivíduos. Carvalho (2013, p. 16) aponta que

... A Gramática reflexiva – texto, semântica e interação, de Cereja e Magalhães (2005, p.19), traz o conceito de linguagem como sendo “um processo comunicativo pelo qual as pessoas interagem entre si”. Os autores destacam, ainda, que palavras, gestos, movimentos, expressões corporais e faciais são linguagem, ou seja, apontam que existem vários tipos que serão detalhados mais adiante. São eles: verbal, não verbal, misto e digital.

Dessa maneira, compreendemos que o assistente social, ao lidar com outros profissionais no cotidiano do seu exercício profissional, e também com os usuários, faz uso não somente da fala, mas da escuta qualificada, devendo estar atento não apenas ao que ouve, mas também àquilo que não é dito, ao indizível, às expressões, gestos que muitas vezes os usuários utilizam para dizer o que não podem expressar verbalmente.

Uma das perguntas feita aos profissionais entrevistados foi como eles analisam a importância da linguagem como instrumento na atuação cotidiana.

*A gente não pode vim (sic) com aquela linguagem. (AS1)*

Esse trecho do depoimento da entrevistada revela que a mesma não conseguiu compreender o que estava sendo solicitado, mesmo após explicações

repetidas sobre a pergunta. Como afirmado por toda a intelectualidade do Serviço Social, é lugar comum que o campo da competência profissional perpassa pela compreensão e incorporação da linguagem como componente fundamental e recurso básico da atuação profissional, sendo imprescindível o domínio e a competência na utilização desse instrumento, assim como dos demais, na concretização dos objetivos profissionais.

Em outro trecho da sua fala, a entrevistada aponta que a linguagem se resume à comunicação verbal com a usuária, o que implica compreendermos o nível de fragilidade intelectual da profissional.

*... A gente tem que ter as atribuições do Serviço Social já voltada para a comunidade. (AS1)*

Do mesmo modo, outras duas profissionais apresentam uma fala semelhante.

*...Termos que possam facilitar na hora do atendimento. (...) tem que ter uma linguagem na qual os assistidos entendam também. Falar uma linguagem mais simples ... (AS6)*

*A linguagem que você fala assim, a linguagem popular com eles?*

*... Como a gente conversa assim, para que eles possam entender? É de uma forma bem fácil, bem neutra, para que eles não possam ficar confusos diante da situação que eles estão vivenciando. (AS4)*

É certo que, como acorda Magalhães (2011, p .26) *apud* Carvalho (2013, p. 67), deve-se considerar, no uso da linguagem "... a particularidade social do destinatário", ou seja, compreende-se que um médico que faz uso de termos técnicos, compreensíveis apenas àqueles que fazem parte da área ou que se interessam e/ou estudam sobre ela, ao conversar com um paciente leigo não estará facilitando a comunicação e a interação com seu receptor. Contudo, a compreensão acerca da linguagem ultrapassa esta discussão. Nas palavras de Almeida e Oliveira (2016):

A premissa é que a palavra fascina e como ela está impregnada de intencionalidades, de dizeres explícitos e implícitos, se estabelece enquanto se reveste do caráter de poder e de ideologia, pois, consoante Bakhtin, o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana é a palavra, por isso, ela penetra de maneira tão incisiva na vida cotidiana, nas salas de aula, nas relações amorosas, nas disputas de poder, conforme se presencia nos debates dos candidatos a governador e a presidência nas eleições. (p. 32)



Ideologia, hegemonia e linguagem são categorias que estão intrinsecamente relacionadas, e faz-se imprescindível que os assistentes sociais tomem consciência deste fato, pois podem reforçar ou romper paradigmas através de suas intervenções cotidianas. A linguagem, em especial a falada, é fundamental nesse processo de construção de ideologias. Os homens dão um sentido desejado à palavra de acordo com os fins que almejam alcançar e, uma vez que ela tem o poder de convencer, coagir, gerar consensos e dissensos, ela torna-se a base das relações humanas e, frisamos aqui, da relação entre assistente social e usuários.

Os depoimentos de outras entrevistadas, apesar de seguirem um caminho parecido às falas anteriores, expressam que as mesmas têm uma compreensão um pouco mais reflexiva acerca da linguagem, mas ainda esbarram na dificuldade de compreender o que está sendo abordado.

*Tem que ter uma linguagem acolhedora. (AS2)*

*... é onde tudo começa, através de um acolhimento, nesse acolhimento existe toda uma escuta, para depois você falar algo que aquela pessoa, aquele assistido se sinta com uma solução para o seu problema. Então as palavras certas, no momento certo é sempre viável; a comunicação ela é fundamental. (AS7)*

O trecho de uma outra entrevista coincide com as falas acima e também exprime a necessidade de se estabelecer um diálogo com os usuários, saber ouvi-los, ter cautela ao estabelecer essa relação.

*Linguagem já está dizendo, a comunicação é tudo. (...) se você não conseguir estabelecer uma comunicação, uma amizade entre os assistidos, fica muito difícil, porque eles são muito fragilizados. Então você tem que conversar com eles (...). Toda vez que eles vêm até o CRAS, eles querem conversar, eles querem ter informação, (...). Então é fundamental saber ouvir (...). Para você ter uma aceitação do seu assistido, você tem que ter muito diálogo, você tem que saber conversar com eles e saber ouvi-los, que é o mais importante. (AS5)*

A linguagem, ainda, vai além da conversa verbal oral, como exposto acima. Conforme Sousa (2008, p.126) "... podemos identificar duas categorias de linguagens comumente utilizadas pelo Serviço Social: a *linguagem oral* ou *direta* e a *linguagem escrita* ou *indireta*" (...) (grifos do autor)". Desse modo, o assistente social

faz uso de instrumentos que estão no campo da linguagem em que se utiliza a escrita em lugar da fala, tais como: livro de registro, atas de reunião, diário de campo, relatório social e parecer social (idem, ibidem).

A respeito do relatório social e do parecer social, assim como dos instrumentos diretos ou “face a face” presentes na profissão, como as entrevistas individual ou grupal, observação participante, dinâmica de grupo, reunião, mobilização de comunidades, importa destacar que, tanto no uso da linguagem falada ou escrita, o profissional através do seu discurso pode reforçar e naturalizar ideologias dominantes ou fortalecer a autonomia das minorias. Como destaca Magalhães (2017, p. 9, *apud* Carvalho 2013): “... para Fairclough (2010), há uma relação entre discurso e hegemonia (...). A prática hegemônica e a luta hegemônica, em grande medida, tomam a forma de prática discursiva, na interação falada e escrita”.

Assim, sendo ao assistente social, um profissional que atua dentro da dinâmica contraditória entre as classes antagônicas (burguesia e proletariado), é indispensável uma atuação reflexiva que perpassa pelo entendimento que suas ações têm rebatimentos no desenvolver dos conflitos sociais. Portanto, a compreensão da linguagem, enquanto categoria que se situa no campo da instrumentalidade profissional e da competência técnica-operativa e teórica-metodológica, deve ser de domínio dos assistentes sociais, pois é um instrumento inseparável do seu exercício com os usuários e outros profissionais nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em seu livro *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*, Iamamoto (2011) aponta o assistente social como profissional que pode posicionar-se em favor da coerção e do consenso. De fato, nos primórdios da profissão, ele era o “educador” da classe menos abastada, e funcionava claramente como um apoio aos interesses da burguesia. Frisamos que, como se pode depreender do texto de Marilda, que nos dias atuais ele é um profissional que atua (ou deveria atuar) contra a ordem hegemônica. Agora pensemos: não há, definitivamente, um imenso poder

no discurso que utilizamos e não há também um grande poder em nossas mãos, uma vez que podemos reforçar e romper ideias, comportamentos etc., através do uso da linguagem no nosso cotidiano? Acreditamos que sim.

O que nos propomos a discutir é o pensamento de que a hegemonia não é monopólio de uma classe especial. Um modelo de sociedade não se altera espontaneamente a partir de fatores do seu interior que, em determinado estágio do seu desenvolvimento, ocasionam uma nova formação social. A mudança do modelo de sociedade escravocrata para capitalista não ocorreu, no Brasil, como um processo natural e inevitável. Foram os homens, construtores dessas relações sociais, que impulsionaram a transformação, pois são eles os seres capazes de realização da práxis. Importa ressaltar, assim, que: as classes subalternas estão passíveis a formar sua própria hegemonia. Todavia, promover a transformação de uma estrutura social, suplantando um aparato de significações, historicamente construídas e fortemente fixadas no todo social, carece de um forte embate a “concepções de mundo” que há muito moldam a visão dos sujeitos que, para que possam superá-las, necessitam antes saber que são capazes de exercer tal ação.

Tudo isto porque, unidos, os marginalizados podem depor do poder aqueles que os subjagam, pois, conforme Luciano Gruppi (1978, p. 67) *apud* Moraes (2010, p. 55), “uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda [...]”. E isso o sabe não somente a burguesia, mas qualquer grupo dominante, em qualquer sociedade. Por esse motivo é que se faz imprescindível a superação do senso comum para que seja possível a superação das situações-limites, como propôs Freire.

A pedagogia do oprimido é uma pedagogia para a liberdade e para a emancipação do indivíduo, aqui percebido como sujeito histórico, político e intelectual orgânico. Como reforça Gramsci *apud* Duriguetto (2014, p. 278), “...uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes...”. Esta práxis busca fazer com que os sujeitos sejam atores políticos, construtores da sua própria história e não meros reprodutores da ordem injusta e desumanizante.

O homem é produto do meio em que vive. Como salientado acima, a palavra, o diálogo é a base das relações sociais. Conscientes disto, os assistentes sociais devem compreender a importância da sua atuação no processo de desconstrução dos paradigmas vivenciados pelos usuários e da politização dos mesmos.

. Este trabalhador, enquanto sujeito aliado aos interesses dos grupos populares, tem a possibilidade de formar na população usuária dos serviços institucionais um senso crítico, uma nova forma de pensar o contexto no qual estão inseridos, e estimular a superação das situações vivenciadas por eles no cotidiano onde se reproduzem as relações sociais. A acuidade dos profissionais de Serviço Social centra-se na sua importante função de formadores de uma unidade entre a classe e os grupos a ela aliados, uma vez que se faz necessária a superação de padrões estabelecidos para a transformação da ordem vigente.

Como Freire (2016) problematizou nas suas discussões: quem melhor que os oprimidos para lutar em favor da sua libertação? Todos os sujeitos alvos de preconceito e discriminação devido a sua classe social, cor de pele, orientação sexual, crença etc. devem combater as ideologias e valores dominantes que os marginalizam e ferem sua dignidade e liberdade. Todavia, para isso, antes é necessário que esse grupo se veja enquanto pertencente a uma classe que é oprimida também.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. M., de; OLIVEIRA, A. M., de. O poder da palavra: linguagem, ideologia e educação. *Húmus*, v. 6, n. 16, 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/4671> Acesso em: 15/09/2017.

ALVES, Ana, R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. São Paulo: *Lua Nova [online]*, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf> > Acesso em: 07/08/2017.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: *CFESS/ABESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARVALHO, Flávia Falcão da Gama. Serviço social e comunicação: uma *interface* necessária. Brasília, 2013. Disponível em: [bdm.unb.br/bitstream/10483/7176/1/2013\\_FlaviaFalcaodaGamaCarvalho.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7176/1/2013_FlaviaFalcaodaGamaCarvalho.pdf) Acesso em: 03/11/2017.

DURIGUETTO, Maria, L. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, nº 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br> – Acesso em: 10/06/2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Saber profissional e poder institucional*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 60º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GUERRA, Y. A. D. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, v. 4, pp. 53-63, 2000. Disponível em: < <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf> > Acesso em: 02/10/2016.

IAMAMOTO, Marilda V. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LACERDA, L. E. P. de. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 117, pp. 22-44, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br> – Acesso em: 03/04/2016.

MACHADO, A. M. B. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 109, pp. 151-178.2012. Disponível em: <http://www.scielo.br> – Acesso em: 08/02/2016.

MORAES, Dênis de. “Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci”. *Debates*, Porto Alegre, 2010. Disponível em:<[www.seer.ufrgs.br/debates/article/](http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/)> – Acesso em: 10/10/2017.

PASSOS, Rodrigo. D. F. dos. Gramsci, hegemonia e cultura nas relações internacionais. Fortaleza, 2016. Disponível em:[www.ggramsci.faced.ufc.br/](http://www.ggramsci.faced.ufc.br/) Acesso em:04/10/2017.

SANTOS, F. H. C. dos. Serviço social e educação: a educação popular e o exercício profissional do assistente social. 2013. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br> – Acesso em: 10/10/2016.

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa: pp. 119-132, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao> – Acesso em: 04/10/2017.

Submetido em: 10 de setembro de 2018

Aceito em: 27 de julho de 2019